

Revisão das Orientações relativas aos Auxílios Estatais no Setor Agrícola

**Documento de Posição
Julho 2019**

A Política Agrícola da União Europeia (PAC) tem sido sujeita a constantes reformas ao longo dos anos, impulsionadas por múltiplas circunstâncias, tais como abertura a novos mercados (mais recentemente aos países do MERCOSUL ou à importação de carne bovina originária dos Estados Unidos da América), emergência de novos desafios em domínios como o ambiente e as alterações climáticas (objetivos para o desenvolvimento sustentável das Nações Unidas – Agenda 2030), novos hábitos e exigências dos consumidores, questões relacionadas com a soberania e seguranças alimentares globais, incerteza geopolítica em muitas partes do globo, e/ou necessidade de convergência/competitividade interna/externa da União Europeia.

Neste entrelaçado de realidades, orientações estratégicas, objetivos e metas, a reorientação da PAC terá sempre de passar pela simplificação e modernização da sua implementação, assegurar um rendimento justo aos Agricultores, respondendo eficazmente às expectativas da sociedade no seu conjunto, em especial em matéria de qualidade e segurança alimentares, saúde pública e emprego, sustentabilidade ambiental, e bem-estar social, económico e territorial.

A imperiosidade da PAC em se adaptar às necessidades atuais não pode, nem deve ser sinónimo de renacionalização, nem deve desvirtuar o funcionamento do mercado único. Conceptualmente, os auxílios concedidos pelos Estados seguem, aliás, essa lógica operacional, uma vez que são sempre considerados incompatíveis com o mercado interno, independentemente da forma que assumam, quando falseiem ou ameacem falsear a concorrência, favorecendo certas empresas ou certas produções (artigo 107.º do Tratado de Funcionamento da União Europeia). Contudo, a existência de auxílios estatais, respeitando determinados condicionalismos que já se encontram previstos no Tratado, é fundamental para que o setor possa responder com celeridade e eficácia aos desafios que porventura tenha de enfrentar.

Garantir flexibilidade e segurança jurídicas para os Agricultores, sem impor novos condicionalismos aos Estados-Membros e, por conseguinte, um novo nível de complexidade, tem de constituir uma das principais orientações do novo ato legislativo.

Como é reconhecido no Relatório Dorfmann¹, os Agricultores «têm sido afetados por uma crescente volatilidade dos preços resultante de flutuações nos mercados mundiais e da incerteza provocada por condições macroeconómicas, pelas políticas externas nos domínios comercial, político e diplomático, pelas crises sanitárias, pelos excedentes produzidos em alguns setores europeus, pelas alterações climáticas e por uma maior frequência de fenómenos meteorológicos extremos na UE».

Perante tal cenário de enorme imprevisibilidade e para que os Estados-Membros possam reagir atempada e perspicazmente às mudanças conjunturais e/ou estruturais, é fundamental que estes continuem a dispor de instrumentos de mercado flexíveis e de implementação rápida e direta.

Considerando que, segundo a Comissão Europeia, «os países da UE devem notificar os auxílios estatais à Comissão e não podem conceder auxílios enquanto estes não tiverem sido autorizados. As orientações relativas aos auxílios estatais contribuem para garantir a coerência,

¹ Relatório do Parlamento Europeu (2018) sobre o futuro da alimentação e da agricultura (2018/2037(INI)), disponível em: http://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-8-2018-0178_PT.html

a transparência e a segurança jurídica em relação a este controlo dos auxílios estatais. As orientações relativas aos auxílios estatais no setor agrícola em vigor caducam em 31 de dezembro de 2020, devendo, por conseguinte, ser substituídas. Paralelamente, a revisão deve assegurar a coerência das orientações com o novo quadro jurídico da política agrícola comum²».

Tendo em consideração que os desafios atuais são ainda mais intensos em regiões menos favorecidas, bem como nas Regiões Ultraperiféricas (RUPs) e tendo em linha de conta que os auxílios estatais alocados a promover o desenvolvimento económico nestas regiões podem ser considerados compatíveis com o mercado interno [alínea a), n.º 3, do artigo 107.º do TFUE].

Considerando ainda que, ao abrigo do artigo 349.º do TFUE, devem ser adotadas medidas específicas para as RUPs, a fim de minimizar os custos adicionais associados às suas limitações específicas e de garantir a manutenção da atividade agrícola nessas zonas, a Federação Agrícola dos Açores defende igualmente que:

1. Se assegure condições de concorrência paritárias, preços adequados pagos aos produtores e um nível de vida justo para todos os Agricultores europeus, garantindo, por outro lado, que os consumidores e cidadãos europeus tenham acesso a preços de compra acessíveis;
2. Se estimule a produção, o acesso e o consumo dos produtos agrícolas europeus, cujos métodos de produção primam pela sustentabilidade ambiental, territorial e social, e pelo bem-estar animal;
3. Os auxílios estatais devem ser complementares aos prémios da PAC, sendo que os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade devem ser fomentados;
4. Os auxílios estatais devem ser interpretados dentro do próximo quadro legislativo como elementos de resposta rápida a acontecimentos extraordinários, como são por exemplo os fenómenos climáticos extremos;
5. Ao abrigo dos artigos 107.º e 349.º do TFUE, o montante máximo do auxílio que pode ser concedido por exploração agrícola, sediada numa RUP, ao longo de três anos, deve passar de 20 000 para 25 000 euros. A fim de evitar qualquer potencial distorção da concorrência, cada país da UE dispõe de um montante nacional máximo que não pode ser excedido. Cada montante máximo nacional será fixado em 1,25 % da produção agrícola anual do país durante o mesmo período de três anos. Se um país não gastar mais de 50 % da totalidade da sua dotação num determinado setor agrícola, pode aumentar ainda mais o auxílio de minimis por exploração agrícola nas RUP para 30 000 euros;
6. Os auxílios estatais reservados às RUPs estejam isentos de notificação prévia à Comissão Europeia.

² Página da consulta pública lançada pela Comissão Europeia sobre a revisão das orientações relativas aos auxílios estatais no setor agrícola: https://ec.europa.eu/info/law/better-regulation/initiatives/ares-2017-2039310_pt